

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Balcão aberto

Com o anúncio do governo de que vem por aí uma proposta de corte linear de 10% de benefícios fiscais a todos os setores, começa a corrida dos mais diversos segmentos no sentido de tentarem se preservar de ter que pagar esses impostos. Só tem um probleminha: como a tesoura atingirá todos, se um setor for atendido, todos terão de ter o mesmo tratamento.

## E todos juntos

O governo decidiu pelo corte linear de forma justamente a dificultar que um ou outro lobby tivesse mais força na hora de negociar os benefícios. O problema é que, se o Congresso resolver atender a todos, não haverá o corte significativo nos subsídios fiscais.

## Bolsonaro na ativa

Recuperando-se de uma pneumonia, o ex-presidente tem dito que, se estiver melhor, irá in loco assistir à acareação entre Mauro Cid e seu ex-ministro da Casa Civil, Braga Netto. Do “estaleiro”, entretanto, Bolsonaro continua fazendo o contraponto ao presidente Lula. Abriu a semana nas redes sociais com cenas de uma entrevista em que critica o comportamento do governo Lula em relação ao Movimento Sem-Terra. “No meu governo, o MST não funcionou”, disse ele, referindo-se à entrega de títulos fundiários e à tolerância zero com invasores de terra.

## Países ganham tempo

O cessar-fogo entre Irã e Israel foi visto como um alívio pelo setor de energia. Sinal de que o Estreito de Ormuz, por onde escoou grande parte da produção de petróleo do Oriente Médio, continuará aberto. A tensão, porém, está longe de acabar.

# Primeiro o atendimento, depois os votos

Os líderes planejam usar todos os quatro meses de validade da medida provisória que substitui o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e não antecipar qualquer etapa. Acreditam que esse tempo será importante para que o governo cumpra os compromissos assumidos com o Parlamento. Falta ainda liberar a maior parte das emendas — até agora, foram R\$ 700 milhões —, e resolver o imbróglio das indicações para as agências reguladoras. Conforme a coluna publicou há um mês, as indicações desagradaram a cúpula do Congresso e a tendência de ficar na gaveta se confirmou. Até agora, ninguém tem a fórmula mágica para resolver essa queda de braço nem quer ceder. Os deputados, em pleno São João, são praticamente unânimes em afirmar que, a partir de agora, “o tempo é o senhor da razão”.

» » »

Onde está o perigo/ O governo já perdeu praticamente o primeiro semestre sem conseguir fazer valer a sua vontade no Congresso, haja vista a análise dos vetos. Porém, não sofreu derrota que pudesse comprometer o caixa. Os problemas, entretanto, não foram resolvidos, apenas adiados. O que os líderes dizem, nos bastidores, é que Lula agora tem um tempo para recuperar a popularidade e, assim, conseguir preservar os partidos ao seu lado de um jeito mais fácil. Ou, se a popularidade não responder a contento, terá que escancarar ainda mais o governo para os partidos de centro.



## CURTIDAS

**Muita calma nessa hora/** Muitos deputados ficaram indignados com a atitude do presidente da Câmara, Hugo Motta, o terceiro na linha de sucessão da Presidência da República, entrar no “desafio do uísque”, que consiste em virar um gole da bebida garganta adentro diretamente da garrafa. A brincadeira é comum no Nordeste, mas cabe ao jovem presidente, conforme avaliam em especial os evangélicos, dar o exemplo.

**Aliás.../** Nos bastidores já há muitos políticos constrangidos, dizendo que, se os líderes não querem votar as propostas do governo, que elaborem uma pauta de legislação capaz de atender aos anseios da sociedade. Não dá para ficar praticamente quase duas semanas com os parlamentares dedicados às festas de São João e a fóruns internacionais, faltando menos de um mês para o recesso. O problema é que, até aqui, ninguém foi reclamar disso olho no olho com o presidente da casa, Hugo Motta.

**Segurança no fogo/** Brasília recebe o Fórum Segurança do Amanhã hoje e quarta-feira. O evento é promovido pelo Laboratório Projectum da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e ocorrerá na sede da Polícia Rodoviária Federal. Durante o encontro, será usada a realidade mista de hologramas no treinamento das forças de segurança do Brasil e do Distrito Federal.

**Lívrio/** A empresária Cristina Boner lança hoje em Brasília, às 19h, no Gran Cru, do Lago Sul, seu novo livro, “Jungle Startup – O sucesso do novo empreendedor”. A obra reúne técnicas e dicas que a empresária extraiu de suas experiências reais à frente de grandes projetos de transformação digital no país e traça um paralelo instigante entre o comportamento na selva e o de quem decide empreender no Brasil.

E viva São João!

## VISIBILIDADE

# Batalha pelos direitos LGBT

Mais de 660 propostas foram apresentadas em 10 anos, revela estudo. Menos de 10% se tornaram leis, favoráveis ou não

» ALÍCIA BERNARDES\*

Nos últimos dez anos, a luta por direitos das pessoas transgênero no Brasil tem sido marcada por uma intensa disputa política dentro das assembleias legislativas. De 2015 a 2025, ao menos 664 projetos de lei sobre o tema foram apresentados nas casas legislativas dos 26 estados e no Distrito Federal, sendo que 416 propostas (62,6%) buscam ampliar direitos e 248 (37,3%) pretendem restringi-los. Os dados são de um levantamento inédito realizado pela Nexus — Pesquisa e Inteligência de Dados.

Embora propostas em favor da população LGBTQIA+ sejam maioria, a ofensiva conservadora também se faz presente. No período, 21 projetos de ampliação de garantias foram aprovados, contra nove propostas restritivas que também se tornaram lei. Entre os textos que garantem direitos, destacam-se aqueles que regulamentam o uso do nome social, promovem campanhas contra a discriminação e criam penalidades para atos transfóbicos. Por outro lado, os projetos contrários se concentram nas áreas de educação, saúde e esportes, propondo desde a proibição de terapias hormonais até a restrição do uso de banheiros e a imposição do sexo biológico como critério de participação em competições.

## Divergências regionais

Pernambuco é o estado com mais leis favoráveis às pessoas trans, com quatro projetos. Em seguida, vêm Acre e Maranhão, com três cada. A maior parte dessas propostas (16) tem origem em partidos de esquerda, como PSB, PDT, PSol, PCdoB

e PT. No entanto, há exceções: três PLs aprovados foram de autoria da deputada Socorro Pimentel (União Brasil), e outros dois vieram de parlamentares do MDB e do Podemos, partidos de centro.

Entre os estados que mais aprovaram leis restritivas, o Amazonas aparece com três normas sancionadas, seguido de Maranhão e Alagoas, com duas, cada. A maioria dessas propostas (sete) foi apresentada por parlamentares de partidos de direita, enquanto uma foi de centro e outra, uma colaboração entre centro e direita. Esses projetos incluem, por exemplo, proibições ao uso de bloqueadores hormonais e à linguagem neutra, além da vedação ao uso de banheiros unissex.

A divisão ideológica também é marcante entre os autores das propostas: dos 344 projetos apresentados por parlamentares de esquerda, 99% buscam ampliar direitos. Já dos 233 PLs propostos por deputados de direita, 84% são de restrição. Ainda assim, há sinais de transversalidade: entre os 416 PLs pró-direitos, 37 são de autoria exclusiva de parlamentares de direita.

## Temas predominantes

O ano de 2023 marcou o pico de propostas relacionadas à população trans, com 218 textos protocolados — o equivalente a 33% de todos os projetos apresentados no período. A maior parte desses PLs está concentrada em três temas principais: segurança, nome social e inclusão no mercado de trabalho.

Na área de segurança, são comuns projetos que obrigam o registro de casos de violência contra pessoas trans em boletins de ocorrência ou estabelecem penalidades para

Miguel Schincariol/AFP



Participantes da 29ª Parada LGBT em São Paulo, realizada no último domingo: Sudeste lidera proposições

estabelecimentos que discriminem essa população. Em seguida, vêm as propostas sobre o uso do nome social, com 53 PLs que garantem esse direito em escolas, concursos e órgãos públicos. A terceira maior frente é o emprego, com 38 textos que propõem, entre outras medidas, cotas em concursos públicos.

Outros temas recorrentes incluem: administração pública (35 PLs), saúde (34), educação (27), campanhas contra discriminação (21), punições à transfobia (18), assistência social (14), esportes (10), sistema penitenciário (8), uso de banheiro (3) e linguagem (2). As 18 propostas que preveem sanções por atos transfóbicos são, em sua maioria, posteriores a 2019, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu criminalizar a LGBTfobia.

## » Prêmio Nacional de Educação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que cria o Prêmio Nacional de Educação às cidades e aos estados que alcançaram metas de creches, alfabetização de crianças, escolas em tempo integral e de ensino profissionalizante. “Vamos reconhecer os esforços das escolas municipais e estaduais da educação básica”, disse o ministro Camilo Santana. A premiação reconhecerá alunos, professores, cidades, gestores municipais e governadores. O reconhecimento será entregue em 11 de agosto, Dia Nacional do Estudante.

## Restrição na escola

No campo das propostas restritivas, o destaque é para o tema da educação, com 69 projetos, três deles referenciando diretamente o movimento “Escola Sem Partido”. Em seguida, aparecem os PLs voltados ao esporte (38), que tentam limitar a participação de pessoas trans com base no sexo biológico. A área da saúde ocupa o terceiro lugar, com 35 propostas que, em sua maioria, buscam proibir terapias hormonais.

Outros temas sensíveis são o uso de banheiros por pessoas trans — foco de 32 projetos — e a proibição da linguagem neutra, que aparece em 29 textos. Tais propostas têm gerado forte repercussão em audiências públicas e nas redes sociais, muitas vezes polarizando o debate entre parlamentares e militantes.

## Vetos

Apenas três projetos de lei estaduais relacionados a pessoas trans foram vetados no período. Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) barrou um projeto do deputado André Quintão (PT) que previa sanções a empresas por discriminação de orientação sexual ou identidade de gênero. Já no Maranhão, o governador Carlos Brandão (PSB) vetou dois projetos da deputada Mical Damasceno (PSD): um contra a linguagem neutra e outro que proibia banheiros multigênero.

No geral, entre os 416 PLs favoráveis, 121 foram arquivados (29%), 265 seguem em tramitação (64%) e apenas um foi rejeitado. Do lado das propostas contrárias aos direitos LGBTQIA+, 74 foram arquivadas (30%) e 162 continuam tramitando.

O Sudeste concentra a maior parte dos projetos: São Paulo e Rio de Janeiro somam juntos 279 PLs — 153 da Assembleia Legislativa paulista (Alesp) e 126 da Alerj. Em São Paulo, 77% das propostas são favoráveis aos direitos LGBTQIA+ e, no Rio, 70%. Já na outra ponta, estados como Tocantins e Rondônia registram apenas um projeto relacionado ao tema, cada, enquanto Acre, Piauí e Roraima somam três PLs por unidade federativa.

Para o CEO da Nexus, Marcelo Tokarski, os dados revelam uma dinâmica complexa: “É notável a concentração do debate no eixo Rio-São Paulo, que tem forte influência nacional e maior cobertura da mídia. Apesar do grande número de PLs que restringem garantias, também houve avanços importantes na expansão de direitos LGBTQIA+ no período analisado”, afirma.

\*Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza